



Senado Federal
Gabinete do Senador Eduardo Braga

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, e 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos destes fundos, para incluir as *startups* nas diretrizes e no rol de beneficiários dos Fundos Constitucionais, conferindo-lhes prioridade no recebimento de linhas de créditos especiais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se *startup* a pessoa jurídica constituída sob quaisquer das formas legalmente previstas, cujo objeto social principal seja o desenvolvimento de produtos ou serviços inovadores de base tecnológica com potencial de rápido crescimento de forma repetível e escalável.

Art. 2º Os artigos 3º e 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passam a vigor com as seguintes alterações:

“**Art. 3º**

.....

XIV – apoio à criação e ao desenvolvimento de *startups*.”
(NR)

“**Art. 4º**

I - produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, *startups* e cooperativas de produção que, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento, desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de



SF/20532.74165-41



Senado Federal
Gabinete do Senador Eduardo Braga

empreendimentos comerciais e de serviços das regiões
Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

“**Art. 8º-B.** O Poder Executivo fica autorizado a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, com encargos, prazos e demais condições financeiras próprias, destinadas prioritariamente à criação e ao desenvolvimento de *startups*.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta proposição é favorecer o surgimento e o desenvolvimento das chamadas *startups*, em convergência com o Marco Legal das *Startups* – Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 249, de 2020, de autoria do Poder Executivo.

As razões para apoiar o desenvolvimento das *startups* são muitas, como bem destaca a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 334, de 1º de setembro de 2020, firmada pelos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações, que acompanha a Mensagem nº 625, de 2020, que submete o PLP nº 249, de 2020, à deliberação do Congresso Nacional.

Dentre tais razões, destacam-se o fato de as *startups* serem empresas: com grande potencial econômico; que tendem a operar com bases digitais, em um contexto de crescente digitalização da economia; predispostas à internacionalização, com potencial de atração de investimentos estrangeiros; geradoras líquidas de posições de trabalho; e propensas a desenvolver soluções sustentáveis e com impactos positivos no meio ambiente, mostrando-se em geral inclusivas.

A EMI nº 334, de 2020, salienta ainda que as *startups* são empresas mais expostas e vulneráveis às falhas de mercado e às limitações das políticas públicas. Remediar esta vulnerabilidade é exatamente o propósito maior



SF/20532.74165-41



Senado Federal
Gabinete do Senador Eduardo Braga

deste projeto, cujo objetivo específico consiste em incluir o apoio à criação e ao desenvolvimento das *startups* nas diretrizes dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, conhecidos como FNO, FNE e FCO, respectivamente, inserindo-as no rol dos beneficiários de seus recursos.

Para o alcance destes dois objetivos, propomos alterações na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que *regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.*

Ademais, propomos também a inclusão das *startups* entre as prioridades para recebimento de linhas de créditos especiais dos Fundos Constitucionais de Financiamento, mediante alteração na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que *dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.*

O PLP nº 249, de 2020, ainda se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, mas entendemos que isso não inviabiliza a aprovação desta proposta que pode tramitar de forma independente e autônoma.

Para garantir o alcance dos objetivos do projeto, reproduzimos, com pequena modificação redacional, a definição de *startup* constante do PLP nº 146, de 2019, do Deputado JHC, que tramita em conjunto com o PLP nº 249, de 2020.

Desta forma, entendemos que com essas sugestões poderemos fomentar o desenvolvimento das *startups* e do ecossistema do empreendedorismo inovador, através da atuação do Estado como ente regulador e formulador de políticas públicas.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA



SF/20532.74165-41